

ECONOMIA PARANAENSE

A ilusão da prosperidade

*Cássio Rolim**

A proposta de adoção no Estado do Paraná de um salário mínimo entre R\$ 427,00 e R\$ 437,00 vem provocando um intenso debate. Para quem o acompanha, uma das constatações é que os argumentos apresentados são pobres em análises quantitativas e muitas vezes representam mais a manifestação de um desejo do que a dura realidade. Parece existir a ilusão de se iniciar uma era de prosperidade por decreto. Alguns princípios básicos de economia deixam de ser considerados e a discussão acaba sendo condicionada pelos efeitos políticos imediatos. Entre esses princípios básicos, um dos mais importantes é que no sistema econômico há uma interdependência muito grande entre os mercados, e dessa forma, nada acontece sem interferir nas demais partes do sistema.

Um outro princípio fundamental é que a remuneração dos fatores de produção segue de algum modo a sua produtividade. Assim sendo, um aumento dessa remuneração muito acima da produtividade implica necessariamente na redução relativa do uso desse fator. Também é verdadeiro que um aumento de renda pessoal significa maior poder de compra e conseqüentemente maior demanda de produtos. No entanto, isso é verdadeiro para aqueles que mantêm as suas fontes de renda, o que não ocorre para os trabalhadores que vierem a perder seus empregos.

A adoção de um salário mínimo estadual nos níveis em que está sendo proposto significa, pelo lado da oferta, um fortíssimo choque de custos na economia. Pelo lado da demanda, esse choque será bem menor em decorrência do elevado desemprego que pode acontecer. O Estado perderá competitividade para os demais estados e também para o resto do mundo, uma vez que seus custos de produção irão crescer significativamente, sem que outras medidas compensatórias com magnitudes equivalentes estejam à vista.

O quadro descrito acima é facilmente visualizado por quem tenha uma noção mínima do funcionamento de uma economia de mercado. No entanto, o que não é fácil de ser feito é a quantificação desses processos, e isso faz toda a diferença entre a mera opinião e a análise econômica. Em economia tudo é interdependente, porém os processos não ocorrem instantaneamente na vida real. O tempo considerado necessário para que todos os ajustes de um choque ocorram em toda a economia, a curto prazo, é normalmente considerado em

* Professor do Departamento de Economia da UFPR. Endereço eletrônico: cassio.rolim@ufpr.br

torno de dois anos. Os cálculos são muito complexos e difíceis de serem feitos e as informações necessárias são sempre insuficientes. Tudo isso leva a crer que o atual debate está certamente se realizando com pouca informação sobre as grandes implicações que essa medida terá sobre a vida de todos os paranaenses.

Para contribuir com o debate foi feita uma tentativa de quantificação do impacto do novo salário mínimo estadual proposto, através da utilização de um modelo de equilíbrio geral computável (*Modelo Iguaçu*) em construção no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR. Os chamados Modelos de Equilíbrio Geral Computáveis (MEGC) constituem, atualmente, o instrumental metodológico mais moderno e poderoso para a análise econômica. A sua utilização está se difundindo rapidamente em todo o mundo e também no Brasil. A razão desse sucesso está na possibilidade aberta por esses modelos para o teste de teorias e, principalmente, para a análise e avaliação de políticas econômicas. A aplicação desses modelos cobre praticamente todos os campos da teoria econômica desde a macroeconomia até a economia do meio-ambiente. Também no campo da política econômica, a sua aplicação é vasta podendo ser utilizado desde a avaliação do impacto de um novo imposto, até a simulação dos efeitos de programas de redução da pobreza.

Um modelo básico de Equilíbrio Geral Computável (EGC) considera uma economia como um sistema de mercados interdependentes em que os valores de equilíbrio para todas as variáveis são determinados simultaneamente. As perturbações exógenas nessa economia poderão ser dimensionadas através do cálculo do conjunto de variáveis endógenas que a caracterizam. Como pode ser observada, a construção desses modelos é bastante complexa e eles podem ter centenas de milhares de equações.

O Modelo Iguaçu é um modelo de equilíbrio geral computável que começou a ser elaborado no *Centre of Policy Studies* (CoPS) da Universidade de Monash, na Austrália²⁶. É um modelo estático desenvolvido para o uso com matrizes de contabilidade social. A esse modelo básico foram aplicados os dados da matriz de contabilidade social do Paraná. Dessa forma, o modelo conta com 41 setores industriais produzindo 41 produtos, isto é, cada setor produz apenas um produto e considera a existência de quatro tipos de emprego da força-de-trabalho. O modelo segue as tradicionais hipóteses neoclássicas de racionalidade econômica, o que significa que cada setor minimiza os seus custos de produção sujeitos a retornos de escala constantes e os preços dos insumos são um dado para eles. As famílias utilizam suas rendas

²⁶ Mais detalhes sobre o modelo, acessar o site: <http://www.monash.edu.au/policy/archivep.htm>

seguindo uma função tradicional de maximização da utilidade. Considera-se a existência de duas regiões para comércio externo: o resto do Brasil e o resto do mundo. Além disso, as importações são um bem composto utilizado em diferentes proporções por todos os setores.

Foram feitas seis simulações considerando o impacto do aumento do salário mínimo em três cenários diferentes de curto prazo. Cada cenário correspondeu a um fechamento do modelo, o que significa, em síntese, maneiras diferentes de considerar o funcionamento de um sistema econômico. Para cada cenário foi calculado o impacto do aumento do salário mínimo federal (de R\$ 300,00 para R\$ 350,00) e o impacto do novo salário mínimo estadual proposto (R\$ 427,00 na primeira faixa). Para isso, foi considerada a estrutura por classes de rendimentos da população ocupada no estado do Paraná, disponível na última pesquisa nacional de amostra por domicílios (PNAD) publicada, levando-se em conta os empregados com carteira e sem carteira assinada, os trabalhadores por conta própria e os empregadores.

Uma possível análise do impacto do novo mínimo seria considerar que esse aumento é aplicado uniformemente a toda a massa salarial. No entanto, isso não corresponde ao que realmente acontece. Na estrutura de salários, o mínimo funciona como um piso e quando aumenta esse piso, o impacto desse aumento sobre os demais níveis também acontece, porém de forma decrescente. Isso quer dizer que os níveis salariais imediatamente acima do mínimo recebem um reajuste muito próximo daquele recebido pelo mínimo. As faixas de salário mais elevadas recebem algum reajuste, porém proporcionalmente menor. O impacto total sobre a massa de salários vai depender da proporção de cada faixa de salário na estrutura de custos de cada setor produtivo e também será influenciado pela particular região do estado do Paraná, em que o setor esteja localizado. Como se vê, o cálculo efetivo dos impactos é muito difícil e demanda muito esforço para ser realizado.

Assim sendo, para simplificar o estudo, tomou-se uma hipótese bastante conservadora para estas simulações. Considerou-se que o impacto do salário mínimo ocorre apenas para as faixas salariais até 2 salários mínimos, o que no caso do Paraná corresponde a mais de 52,7% da população ocupada. Dessa forma, o novo salário mínimo proposto pelo governo federal que representa um aumento nominal de 16,7% em relação ao salário mínimo anterior, irá representar um aumento de pelo menos 8,8% na massa salarial paga no estado do Paraná. Por outro lado, o salário mínimo estadual proposto de R\$ 427,00, que significa um aumento nominal de 42,3% em relação ao vigente anteriormente, equivalerá a um acréscimo de pelo menos 22,3% no total da massa salarial paga no estado. É provável que os impactos reais sejam ainda maiores do que esses, no entanto a diferença não deve ser muito grande.

Tabela 1. Alterações no salário mínimo nominal e aumento proporcional na massa salarial que recebe até 2 salários-mínimos

Salário Base (R\$)	Novo Salário (R\$)	Variação (%)	Equivalência massa salarial alvo (%)
300,00	350,00	16,7	8,8
300,00	427,00	42,3	22,3
350,00	427,00	22,0	11,6

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa.

O primeiro cenário considera a economia paranaense funcionando em um esquema típico ao que considera em uma matriz de insumo-produto. Será chamado de cenário *IO*. Neste fechamento tradicional de insumo-produto, todos os fatores (e as importações) têm uma oferta elástica com preços nominais fixos. Conseqüentemente, não há alterações nos preços relativos e o modelo funciona como um típico modelo de insumo-produto. O consumo das famílias está vinculado à renda regional e existem fortes efeitos multiplicadores. Assim como no caso de um choque positivo de demanda, ele é o que mais potencializa esse choque. Já no caso oposto, em um choque de oferta, ele é o que mais potencializa os efeitos negativos desse choque.

No segundo cenário, a economia funciona de maneira semelhante à considerada pela corrente de pensamento econômico neo-keynesiana. Será denominado *NeoKey*. Este fechamento do tipo *síntese neo-keynesiana* é igual ao fechamento insumo-produto, exceto que neste caso os estoques de capital em cada setor são fixos – implicando em elevação da inclinação das curvas de oferta. Dessa forma, o estímulo vindo do gasto governamental adicional faz com que o nível de preços se eleve. Uma vez que os preços são fixados em termos nominais, preços elevados implicam em uma queda do salário real – nesse caso, o emprego e o PIB podem cair.

O terceiro cenário considera o funcionamento da economia nos moldes previstos pelo modelo Orani (básico para a construção de modelos de equilíbrio geral). No fechamento de curto prazo do modelo Orani, os salários reais, os estoques de capital em cada setor são fixos e os componentes da absorção real (demanda) são exógenos (não existe vinculação de gastos em função da renda). A oferta de mão-de-obra é elástica. Conseqüentemente, o aumento/diminuição de demanda para bens altamente mão-de-obra intensiva (como Administração Governamental) expande/contrai o emprego com pouco acréscimo/redução dos preços. O PIB cresce a taxas aproximadas ao aumento dos gastos, embora haja certo vazamento na balança comercial.

Os três cenários, com maior ou menor grau de ajuste à realidade, são representações do funcionamento de uma economia. Da maneira em que foram modelados, provavelmente o mais próximo do funcionamento de uma economia real é o cenário Orani vindo em seguida o “Neo-keynesiano”. O cenário do insumo-produto, por ter coeficientes técnicos e preços fixos, funciona como se não houvesse restrições do lado da oferta. Tudo o que se demanda, a oferta tem condições de atender. Todo acréscimo de custo é integralmente repassado para a redução da produção. O cenário não considera a alteração de preços relativos e a substituição de fatores de produção mais caros por fatores mais baratos. Ele é o que mais potencializa choques adversos ou favoráveis.

Os resultados das simulações podem ser vistos nas tabelas a seguir. A tabela 2 mostra o impacto dos novos salários mínimos sobre as principais variáveis macroeconômicas da economia estadual. Qualquer que seja o cenário, a adoção de um salário mínimo de R\$ 427,00 implica em grandes reduções do PIB real. O pior cenário, IO, aponta para uma redução de até 11,57% do PIB real. O cenário mais realístico, baseado no Orani, mostra que a redução do PIB real seria da ordem de 4,19 %, enquanto que com o aumento para R\$ 350,00 proposto pelo governo federal, essa redução seria bem menor, apenas 1,74%. Também a redução do emprego agregado assumiria proporções muito superiores, 14,27% no cenário IO e 10,32% no cenário Orani. Tudo isso seria decorrência da elevação do salário real médio. Essa elevação do salário, além da queda dos níveis de emprego, implicaria em elevações no nível geral de preços de até 5,29%, como apontado no cenário Orani, e também no índice de preços das exportações. O volume das exportações, para o resto do Brasil e para o exterior, teria uma grande queda que seria de 21,64 % no cenário IO (*certamente exagerado*) e de (10,45 %) no cenário Orani (*mais realista*). O déficit comercial como percentual do PIB iria mais do que dobrar e até mesmo as importações sofreriam uma queda em decorrência da queda do PIB real. O consumo real das famílias não apresentaria bom resultado em nenhum cenário. Quando não é negativo, como no caso do cenário IO, ele é praticamente nulo, como é verificado no cenário Orani.

Tabela 2. Impacto do salário mínimo sobre as principais variáveis macroeconômicas

Variáveis	Cenário IO		Cenário NeoKeyn		Cenário Orani	
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	350,00	427,00	350,00	427,00	350,00	427,00
Consumo real das famílias	-3,33	-7,34	0,06	0,24	0	0
Índice do volume de exportações	-9,52	-21,64	-3,47	-8,46	-4,27	-10,45
Índice do volume de importações	-7,5	-17,04	-1,76	-4,28	-2,21	-5,46
PIB real	-5,16	-11,57	-1,4	-3,32	-1,74	-4,19
Emprego agregado	-6,46	-14,27	-3,64	-8,31	-4,51	-10,32
Salário real médio	6,63	16,49	6,97	17,29	8,78	22,31
Índice geral de preços	2,01	4,99	1,69	4,28	2,08	5,29
Índice de preços das exportações	2,02	5,0	0,71	1,78	0,88	2,23
Balança comercial como % do PIB	-1,86	-4,53	-1,49	-3,62	-1,82	-4,42

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Os resultados mais catastróficos, no entanto, podem ser vistos na tabela 3, que mostra o impacto decorrente da redução do uso do fator trabalho no universo de até dois salários mínimos. Ao contrário do que o senso comum indica a súbita elevação do piso salarial para R\$ 427,00 não será totalmente benéfica para mais da metade da força de trabalho do trabalho paranaense. Ela implicará em uma grande redução do uso do fator trabalho, o que em linguagem corrente significa grande desemprego exatamente para a população que se pretendia beneficiar. As maiores reduções ocorrem exatamente com os empregadores e trabalhadores por conta própria, que dentro dessa faixa, são donos de pequenos negócios e trabalhadores autônomos. Em seguida, vem os empregados com carteira assinada e finalmente os sem carteira, exatamente por serem aqueles cujos salários reais são os mais baixos, mas que dada uma elevação do piso salarial, também passarão a pressionar os custos. Pode-se deduzir desses cenários um aumento geral da informalização no Estado.

Tabela 3. Impacto do salário mínimo sobre o uso total do fator trabalho

Fator trabalho	Cenário IO		Cenário NeoKeyn		Cenário Orani	
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	350,00	427,00	350,00	427,00	350,00	427,00
Empregados com Carteira	-6,76	-14,94	-3,74	-8,56	-4,64	-10,64
Empregados sem Carteira	-3,68	-8,04	-2,33	-5,2	-2,88	-6,4
Conta Própria	-9,23	-20,42	-5,06	-11,66	-6,27	-14,49
Empregador	-8,1	-17,95	-4,46	-10,26	-5,54	-12,8

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Simulações como estas mostram o impacto estático de choques econômicos. Muitos cuidados têm que ser tomados na interpretação dos resultados. Por serem estáticos, eles não

levam em conta choques compensatórios decorrentes de ações de política econômica, como por exemplo, um enxugamento do meio circulante para reduzir as pressões inflacionárias de um excesso de demanda ou então uma redução de impostos para compensar outra elevação de custos. Esses resultados numéricos valem mais como um ordenamento da magnitude dos efeitos do que como resultados numéricos absolutos.

Mesmo com essas restrições é possível dizer que no curto prazo, tudo o mais mantido constante, a tendência de ajuste da economia paranaense a um choque de custos com a magnitude que terá o salário mínimo de R\$ 427,00 implicará em uma grande queda do PIB real do Estado, em grande desemprego, na perda de competitividade do Estado do Paraná em relação aos demais estados brasileiros e também em relação ao resto do mundo. Também é possível dizer, que deverá ocorrer um aumento da informalização das realizações de trabalhos com todas as conseqüências adversas que isso implica. Particularmente, os setores que já são os mais frágeis atualmente, como o de trabalhadores domésticos e prestação de serviços diversos, deverão ser os mais afetados. Também aqueles setores intensivos em mão-de-obra poderão sofrer grandes restrições no curto prazo. A maneira como esses setores reagirão no longo prazo também pode ser simulada, no entanto ela não foi objeto deste exercício em decorrência da falta de informações. Algumas especulações poderiam ser feitas, no entanto elas tenderiam a ser mais opinativas do que analíticas, fugindo do espírito deste trabalho.

As conseqüências para a vida dos paranaenses de um choque de custos tão fortes como o representado por um salário mínimo estadual de R\$ 427,00 serão extensas demais para serem ignoradas no calor do debate. Este trabalho espera contribuir para a sua discussão trazendo mais informações sobre a magnitude desses impactos.

